2
Argumentação e pressupostos teóricos

Neste capítulo, são explicitados os pressupostos teóricos nos quais se fundamenta a pesquisa aqui desenvolvida. O objetivo é delimitar um quadro teórico sob cuja perspectiva os resultados dos experimentos realizados nesta dissertação possam ser analisados e discutidos. Em primeiro lugar, caracterizamos o modelo formal de língua assumido. Num segundo momento, é explorada a articulação desse modelo com uma teoria da aquisição da linguagem.

2.1
Modelo de língua assumido

Na perspectiva do Programa Minimalista (Chomsky, 1995, 1999, 2000) a inter-relação entre os sistemas cognitivos relacionados à linguagem tem ganhado uma expressiva relevância, sendo que essa relevância é derivada da própria arquitetura do sistema lingüístico, ou seja, das propriedades do sistema computacional da linguagem humana (Augusto, 2005). Neste modelo, assume-se como premissa básica que uma língua L fornece certo tipo de informação para os sistemas cognitivos com os quais faz interface. Esses sistemas cognitivos são: o sistema sensório-motor, ou articulatório-perceptual, e o sistema conceitual-intencional, ou sistemas de pensamento. O intercâmbio de informações entre a língua e esses sistemas se realiza através de dois níveis de representação lingüística. O nível de representação lingüística que faz interface com o sistema articulatório-perceptual é PF (*Phonetic Form*), ou seja, a interface fonológica; o nível que faz interface com o sistema conceitual-intencional é LF (*Logical Form*), isto é, a interface semântica. A informação disponível nos níveis de representação que fazem interface com os sistemas de desempenho deve ser *interpretável*, ou seja, legível nesses níveis. Neste sentido, considera-se que os sistemas de desempenho impõem restrições de legibilidade ao sistema computacional. Uma derivação sintática que contenha elementos não legíveis pelos sistemas de interface não converge.

Assume-se que dois princípios atuam na derivação lingüística: o *Princípio de Economia* (não especificamente lingüístico) e o *Princípio da Interpretabilidade Plena* nas interfaces da língua com sistemas de desempenho. A atuação do primeiro princípio minimiza os recursos necessários para a implementação de uma

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0510562/CA

computação, tanto de um ponto de vista estritamente formal (minimalismo metodológico), quanto por razões pertinentes à condução de operações computacionais em tempo real (minimalismo ontológico). A convergência de uma derivação gramatical para PF-LF é explicada em função do segundo princípio mencionado (*Princípio da Interpretabilidade Plena),* que se encarrega de garantir a possibilidade de expressões lingüísticas serem faladas, percebidas, analisadas e interpretadas semanticamente. Para que a expressão gerada a partir de uma derivação gramatical seja reconhecida como uma expressão lingüística, esta tem de ser passível de alguma realização física (som ou outro meio alternativo) assim como também, tem de ser passível de receber uma interpretação semântica (Corrêa, 2005).

Em artigos recentes (Hauser, Chomsky & Fitch, 2002; Fitch, Hauser & Chomsky, 2005) a caracterização do que é efetivamente sintático sofre uma drástica revisão. O sistema computacional propriamente dito é definido como FLN (*Faculty of Language in the narrow sense*) e o conjunto deste com os sistemas cognitivos com os quais faz interface como FLB (*Faculty of Language in the broad sense*).

A Faculdade da Linguagem no sentido estrito - FLN - incorpora o sistema computacional que é responsável pela construção de objetos sintáticos a partir de um arranjo de itens disponibilizados em uma *Numeração*. Sobre os itens da *Numeração* atuam as operações *Select*, *Merge*, *Agree/Move*. *Spell-Out* é o momento da derivação em que se separa a informação relevante a ser enviada a cada uma das interfaces: a fonética e a semântica.

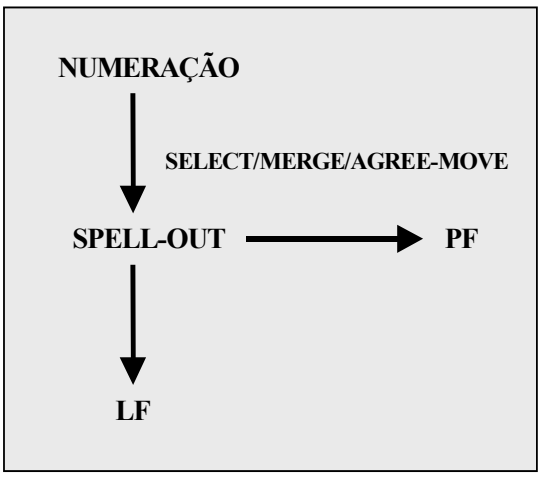

Fig. 1: Sistema computacional (Augusto, 2005).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0510562/CA

O sistema é caracterizado pela *recursividade*[4], que é alcançada pela atuação da operação *Merge*. Essa operação toma dois elementos, e os combina formando um objeto sintático mais complexo. Esse objeto, por sua vez, pode ser combinado com outro elemento e assim iterativamente. Logo, recursividade parece poder ser derivada da própria atuação da operação *Merge*. As restantes operações do sistema computacional, *Agree* e *Move*, são acionadas pela presença de determinados traços associados aos itens lexicais (Augusto, 2005).

Na perspectiva do PM, todas as distinções semânticas/pragmáticas provenientes da interação entre o sistema da língua e sistemas conceptuais/intencionais têm de ser passíveis de codificação na sintaxe.

As línguas variam com relação ao modo como propriedades do tipo definitude, especificidade e genericidade são expressas gramaticalmente (Corrêa, 2006b). No modelo teórico considerado, a codificação das propriedades relevantes para cada língua estaria contida no léxico. O léxico é concebido com um conjunto de *traços* de diferente natureza: semânticos, fonológicos e formais ou gramaticais. Durante a computação sintática, apenas os traços formais são levados em conta, visto que o sistema computacional somente é capaz de lidar com traços dessa natureza. Portanto, o sistema computacional pode ser visto como um sistema que opera sobre determinadas propriedades da gramática de uma língua que se encontram expressas (ou não) em seqüências fonéticas, às quais se associa determinada interpretação semântica e que desencadeiam o estabelecimento de determinadas relações sintáticas (Augusto, 2006). Assume-se (Chomsky, 1999) que os traços não-interpretáveis são traços sem valor especificado que devem ser valorados no decorrer da derivação sintática. O conjunto[5] de traços não-interpretáveis, denominado *sonda*, procura um conjunto de traços similar - o *alvo* - para que a operação *Agree* seja disparada e os traços não-interpretáveis possam ser valorados e, conseqüentemente, eliminados para LF (onde não seriam *legíveis*). Contudo, essa valoração pode ainda produzir efeitos visíveis em PF.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0510562/CA

[4] Hauser, Chomsky & Fitch (2002, 2005) entendem a *recursividade* como sendo a única componente especificamente humana da faculdade da linguagem; contudo, essa componente não é definida como sendo especificamente lingüística.

[5] Em determinados contextos pode se tratar de um único traço que dispara a concordância.

2.2
O problema da aquisição da linguagem: abordagem teórica

A perspectiva teórica adotada nesta dissertação busca conciliar um modelo de língua com um modelo de processamento (Corrêa, 2006a; Corrêa & Augusto, 2006, dentre outros). Nesse sentido, assume-se a hipótese do *bootstrapping* fonológico (Morgan & Demuth, 1996; Christophe, 2002, Gout & Christophe, 2006), segundo a qual, a análise fonológica do sinal da fala forneceria aos bebês certa informação sobre a estrutura sintática da língua, alavancando a aquisição do léxico e da sintaxe (numa perspectiva Minimalista, a fixação de parâmetros codificados como traços formais no léxico, a partir dos quais a sintaxe operaria). Parte-se do pressuposto de que, ao adquirir a sua língua materna, a criança extrai padrões regulares da interface fônica, os quais permitiriam que distinções regulares no âmbito das classes fechadas fossem representadas como gramaticalmente relevantes. A informação extraída será identificada assim como elementos de classe fechada, aos quais, posteriormente, será atribuído significado na interface semântica. Considera-se assim que a percepção de regularidades (padrões de natureza sintática, morfológica, fonológica e semântica) presentes principalmente nas categorias funcionais, permite a inicialização do programa biológico responsável pela identificação das categorias e relações gramaticais da língua em aquisição (Corrêa, 2006a).

Pesquisas que consideram a hipótese do *boostrapping* fonológico inserem-se no campo da psicolingüística, em que é considerado o modo *como* a aquisição da linguagem se realiza, ou seja, a forma como o bebê percebe, compreende e produz enunciados gramaticalmente relevantes.

No quadro teórico fornecido pelo PM, o estado inicial da AL ficaria constituído por um sistema computacional universal e pela possibilidade de constituição de um léxico formado por elementos correspondentes a matrizes de traços semânticos, fonológicos e formais. Os traços fonológicos remetem às possibilidades de distinções de base física (articulatória, acústica) que a língua passa a dar valor. Esses traços são relevantes para a interface fônica. Já os traços semânticos constituem aspectos conceituais que resultam relevantes para a interface semântica. Por último, os traços formais são as propriedades originalmente semânticas (número, gênero, pessoa, tempo, etc.) ou relativas à expressão de relações sintáticas na interface fônica (caso, função sintática, EPP, ordem de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0510562/CA

constituintes - posição de um elemento numa particular ordenação seqüencial-) que passaram a ser relevantes para a gramática. A característica que distingue esses traços é, como já foi dito, o fato de serem relevantes apenas para a computação sintática.

Os traços formais podem ser classificados quanto à interpretabilidade e quanto a sua natureza intrínseca ou opcional. Os traços interpretáveis podem ser intrínsecos (próprios da raiz), ou seja, aqueles que aparecem listados na entrada lexical; ou opcionais; isto é, aqueles que não estão vinculados à raiz, mas são definidos na constituição da numeração. Os traços categoriais (N, D, V, T) seriam do primeiro tipo, assim como o traço de gênero não-semântico nos nomes (Ex. o item *nariz* carrega um traço intrínseco de gênero, masculino no PB e feminino no ES). Por outra parte, os chamados traços-ϕ (gênero, número e pessoa) têm duas facetas: um traço interpretável na interface semântica e um traço de mesmo tipo não interpretável, mas apenas útil para estabelecimento de concordância. A computação sintática determina que um traço não interpretável "busque" seu correlato interpretável para receber um valor. Como conseqüência, pode haver uma manifestação morfológica desse processo de valoração com a realização de afixos flexionais no elemento que possuía o traço não interpretável.

Assumindo o quadro teórico acima definido, considera-se que a criança ao adquirir uma língua tem de identificar as propriedades que são relevantes para a gramática da sua língua em função do modo como esse tipo de informação é expresso nas interfaces. Como já foi observado, parte-se do pressuposto de que o sistema computacional é posto em operação à medida que unidades de natureza lexical e sintática (elementos de categorias funcionais) são identificadas inicialmente pela criança no fluxo da fala. É, portanto, processando informação proveniente da interface fônica e vinculando-a à situação de fala que as formas recorrentes são identificadas e posteriormente interpretadas a partir do pressuposto de que formas fônicas identificadas no fluxo da fala são semanticamente interpretáveis e de que a fala implica referência a entidades e eventos.

Como foi dito brevemente na Introdução deste estudo, a disponibilidade de categorias funcionais no período inicial da aquisição da linguagem tem sido alvo de controvérsia. As hipóteses nesse sentido dividem-se em dois grupos: continuistas e maturacionais. Com base no pressuposto da continuidade considera-se que as categorias funcionais estariam acessíveis no estado inicial da AL e que o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0510562/CA

desenvolvimento diria respeito unicamente à fixação dos parâmetros (numa perspectiva Minimalista, esses parâmetros seriam fixados no léxico). Inicialmente, haveria certas restrições decorrentes de fatores não lingüísticos (memória, por exemplo) que afetariam o desempenho da criança.

A Hipótese Maturacional considera que a emergência das categorias funcionais seria dependente de um cronograma maturacional neurológico. Dessa maneira, os diferentes estágios do processo de aquisição apresentariam propriedades conflitantes com os princípios que regem a gramática do adulto, visto que informação relativa a essas categorias estaria ausente. Poeppel & Wexler (1991) propõem uma versão fraca da Hipótese Maturacional, segundo a qual as categorias funcionais estariam presentes na gramática inicial da criança, mas restrições internas à gramática impediriam seu pleno uso. Tais restrições seriam removidas em decorrência de maturação biológica (Hipótese da Competência Plena (*Full Competence Hypothesi*s): Poeppel & Wexler, 1991). Nessa perspectiva, o número de categorias funcionais seria fixado universalmente, cabendo à criança identificar somente a distribuição dos traços gramaticais nessas categorias. Observam-se assim duas orientações para a perspectiva maturacional: uma com base em um programa maturacional e outra baseada em um ordenamento intrínseco à gramática.

Neste trabalho considera-se que a possibilidade de distinção entre classes fechadas e abertas, sendo as primeiras tomadas como funcionais, definindo domínios nominais e verbais é fundamental para o desencadeamento do sistema computacional lingüístico e *parsing* dos enunciados na aquisição da língua. Distinções semânticas no âmbito de categorias funcionais podem ser dependentes de processos de desenvolvimento nos domínios com os quais a língua faz interface (Corrêa 2006c; Augusto, 2003; 2006).

A literatura em aquisição da linguagem revela que elementos funcionais, os quais atuam de forma fundamental tanto na estruturação sintática de enunciados lingüísticos quanto na expressão lingüística da referência, são identificados desde muito cedo (ao final de primeiro ano de vida) como classe em função de suas propriedades fônicas e distribucionais (Corrêa, 2006b). Resultados experimentais sugerem que, já desde os primeiros dias de vida, bebês distinguem as propriedades acústicas de elementos funcionais e que, por volta dos 10 meses, são sensíveis a alterações no conjunto de itens funcionais apresentados em fala fluente (Corrêa,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0510562/CA

2006b). Crianças de 14 meses de idade são sensíveis a alterações na forma fônica de determinantes (Name & Corrêa, 2003).

A interpretação semântica de informação relativa a categorias funcionais parece se estabelecer a partir do fim do segundo ano de vida, havendo, não obstante, diferenças relativas às propriedades e funções dos elementos funcionais em questão. Crianças em torno de 24 meses demonstram ser capazes de extrair informação relativa a número gramatical que lhes permite identificar o referente de um DP, na ausência de outra informação (Ferrari-Neto, 2003). É informado ainda, que aos 2 anos de idade, crianças em fase bastante inicial do processo de aquisição do PB parecem identificar a marcação morfofonológica relativa a gênero opcional como informação relevante não apenas para o processamento sintático, mas também para a constituição de categorias semânticas com implicações para a compreensão e para o estabelecimento da referência genérica (Augusto & Corrêa, 2006).

Ao adquirir sua língua materna, a criança ainda tem de descobrir quais são as propriedades relativas à referência que resultam pertinentes para a gramática dessa língua em função de informação expressa nas interfaces. Nesse sentido, as categorias funcionais desempenham um duplo papel: por um lado propiciam um esqueleto sintático para expressões lingüísticas e, por outro introduzem informação pertinente à referência proveniente das intenções de fala do falante e do contexto de enunciação no qual a fala se desenvolve (Corrêa, 2006b). Se assumirmos que os pronomes fazem parte da categoria funcional D (Uriagereka, 1995; Raposo, 1998, 2000, dentre outros), então podemos caracterizar esses elementos como um feixe de traços-ϕ por meio do qual uma relação de co-referência se estabelece. Dada essa caracterização, assume-se que a aquisição de complementos pronominais requer tanto a identificação desses elementos com posição fixa na interface fônica quanto o uso de informação obtida via interface semântica.

Esta dissertação visa a explorar o *como* se realiza a aquisição desses complementos no PB e no ER. Especificamente, busca-se determinar que tipo de informação é levada em conta pelas crianças adquirindo cada uma dessas línguas. Tomando por base o modelo de língua concebido no PM integrado ao modelo teórico para a aquisição da linguagem anteriormente exposto, busca-se fornecer um modelo procedimental da aquisição de complementos pronominais acusativos de terceira pessoa nas duas línguas pesquisadas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0510562/CA

No capítulo seguinte são analisados comparativamente os sistemas pronominais do PB e do ER com o intuito de caracterizar que parâmetros distinguiriam essas línguas no que concerne à realização dos complementos pronominais. Essa comparação tem por objetivo determinar que valores de quais parâmetros teriam de ser fixados diferencialmente de modo que a criança adquira os complementos em cada língua.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0510562/CA